



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

115

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0304242-0

COMARCA: Caruaru

APELANTE: Instituto Nacional de Seguro Social - INSS

APELADO: Carlos José da Silva

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. REEXAME NECESSÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Afastada a alegação preliminar de perda de superveniente de objeto, porque em que pese a autarquia previdenciária tenha reconhecido a procedência da ação e efetuado o pagamento do débito, subsiste a discussão quanto a incidência dos juros e condenação em honorários advocatícios. 2. No concernente ao mérito recursal, não há dúvida quanto ao direito do apelado em perceber o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) em sua aposentadoria por invalidez acidentária, conforme preconiza o art. 45, da Lei 8.1213/91. 3. De fato, o INSS, ora apelante, reconheceu o direito do apelado em vários momentos no curso do processo. 4. No que tange à atualização monetária das parcelas atrasadas, impende respeitar o princípio *tempus regit actum*, assegurando a aplicação da Lei Federal nº 11.960/2009 a partir da respectiva vigência, nos termos da jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça (em sede de *Recurso Especial* submetido ao regime dos recursos repetitivos). 5. Note-se que a novel sistemática preconizada pela Lei Federal nº 11.960/2009 contempla a incidência cumulada de atualização monetária e juros. Assim, a partir de sua edição, em 29.06.2009, deve cessar a aplicação dos juros moratórios de 1% ao mês, fixados na sentença. 6. Mantida a condenação do INSS ao pagamento da verba honorária em 10% (dez por cento), percentual esse que, no entanto, deverá incidir apenas sobre as parcelas vencidas até a data da sentença, nos termos da Súmula 111 do STJ. 7. Reexame necessário parcialmente provido, prejudicado o apelo voluntário, para o fim de determinar que (i) sejam as parcelas pretéritas calculadas, atualizadas e acrescidas de juros moratórios de 1% ao mês, conforme o disposto na sentença, porém apenas até a edição da Lei Federal nº 11.960/2009, prevalecendo dali em diante os índices e critérios estabelecidos naquele diploma legal, e (ii) bem assim de determinar que a verba honorária (de 10%) incida apenas sobre a condenação apurada até a data da sentença, nos termos da Súmula 111 do STJ.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da apelação cível nº 0304242-0, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em dar provimento parcial ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de maio de 2014 (data do julgamento)


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0304242-0

COMARCA: Caruaru

APELANTE: Instituto Nacional de Seguro Social - INSS

APELADO: Carlos José da Silva

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

RELATÓRIO

Trata-se de **reexame necessário e apelação cível** interposta em face de sentença proferida nos autos da Ação de Revisão de Benefício Previdenciário c/c Cobrança de Parcelas Pretéritas de Aposentadoria por Invalidez por Acidente de Trabalho, NPU 0008788-24.20107.8.17.0480, que julgou **procedente** o pedido do autor, *"para obrigar o demandado a conceder o adicional de 25% na aposentadoria por invalidez do autor, bem como condená-lo ao pagamento dos atrasados respectivos, deduzindo-se o que já foi pago administrativamente, respeitando-se a prescrição quinquenal, corrigidos monetariamente pela tabela da ENCOGE do TJPE a partir desta decisão e acrescido de juros de 1% ao mês, a contar da citação, apuráveis em liquidação de sentença"* (fls. 79).

Inconformada com a sentença, a autarquia previdenciária requer, em suas razões recursais (fls. 84/88), a reforma da sentença alegando, preliminarmente, a perda superveniente do objeto da presente ação, em virtude das **"comprovações de fls. 45/47 e 60/72, onde restou incontroverso que tanto o adicional de 25% perseguido pela parte autora, quanto aos valores atrasados, foram pagos integralmente na via administrativa, tendo, portanto, a ação perdido seu objeto no curso do processamento, o que é perfeitamente admitido, o MM. Juízo a quo decidiu por bem condenar a Apelante aos mesmos objetos já satisfeitos (implantação do adicional + pagamento dos atrasados)"** (fls 85).

No mérito, a autarquia previdenciária insurge-se apenas no que tange (i) à aplicação dos juros de mora e (ii) pede a redução da verba honorária para 5% (cinco por cento) sobre o valor da condenação, respeitando-se a Súmula 111 do STJ.

Foram apresentadas as contra-razões (fls. 92/93), nas quais o apelado pugna pela manutenção da sentença prolatada.

A douta Procuradoria de Justiça (fls. 106/108) opinou pela **"reforma da sentença, exclusivamente em relação ao adicional de 25%, devido à perda superveniente do objeto, restando prejudicada a apelação intentada pela autarquia previdenciária"**.

É o relatório.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 08 de abril de 2014.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

116
r

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0304242-0
COMARCA: Caruaru
APELANTE: Instituto Nacional de Seguro Social - INSS
APELADO: Carlos José da Silva
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

VOTO

De proêmio, afasto a alegação preliminar de perda de superveniente de objeto, porque em que pese a autarquia previdenciária tenha reconhecido a procedência da ação e efetuado o pagamento do débito, subsiste a discussão quanto a incidência dos juros e condenação em honorários advocatícios.

No concernente ao mérito recursal, tenho que não há dúvida quanto ao direito do apelado em perceber o acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) em sua aposentadoria por invalidez acidentária, conforme preconiza o art. 45, da Lei 8.1213/91.

De fato, o INSS, ora apelante, reconheceu o direito do apelado em vários momentos no curso do processo (fls. 23/26, 45/46, 60/61, 84/88).

Em sequência, em sede de reexame necessário, e no que tange à atualização monetária das parcelas atrasadas, impende respeitar o princípio *tempus regit actum*, assegurando a aplicação da Lei Federal nº 11.960/2009 *a partir da respectiva vigência*, nos termos da jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça (em sede de *Recurso Especial* submetido ao *regime dos recursos repetitivos*):

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. VERBAS REMUNERATÓRIAS. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA DEVIDOS PELA FAZENDA PÚBLICA. LEI 11.960/09, QUE ALTEROU O ARTIGO 1º-F DA LEI 9.494/97. NATUREZA PROCESSUAL. APLICAÇÃO IMEDIATA AOS PROCESSOS EM CURSO QUANDO DA SUA VIGÊNCIA. EFEITO RETROATIVO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Cinge-se a controvérsia acerca da possibilidade de aplicação imediata às ações em curso da Lei 11.960/09, que veio alterar a redação do artigo 1º-F da Lei 9.494/97, para disciplinar os critérios de correção monetária e de juros de mora a serem observados nas "condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza", quais sejam, "os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança".

2. A Corte Especial, em sessão de 18.06.2011, por ocasião do julgamento dos EREsp n. 1.207.197/RS, entendeu por bem alterar entendimento até então adotado, firmando posição no sentido de que a Lei 11.960/2009, a qual traz novo regramento concernente à atualização monetária e aos juros de mora devidos pela Fazenda Pública, deve ser



117

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

aplicada, de imediato, aos processos em andamento, sem, contudo, retroagir a período anterior à sua vigência.

3. Nesse mesmo sentido já se manifestou o Supremo Tribunal Federal, ao decidir que a Lei 9.494/97, alterada pela Medida Provisória n. 2.180-35/2001, que também tratava de consectário da condenação (juros de mora), devia ser aplicada imediatamente aos feitos em curso.

4. Assim, os valores resultantes de condenações proferidas contra a Fazenda Pública após a entrada em vigor da Lei 11.960/09 devem observar os critérios de atualização (correção monetária e juros) nela disciplinados, enquanto vigorarem. **Por outro lado, no período anterior, tais acessórios deverão seguir os parâmetros definidos pela legislação então vigente.**

5. **No caso concreto, merece prosperar a insurgência da recorrente no que se refere à incidência do art. 5º da Lei n. 11.960/09 no período subsequente a 29/06/2009, data da edição da referida lei, ante o princípio do tempus regit actum.**

6. Recurso afetado à Seção, por ser representativo de controvérsia, submetido ao regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ.

7 Cessam os efeitos previstos no artigo 543-C do CPC em relação ao Recurso Especial Repetitivo n. 1.086.944/SP, que se referia tão somente às modificações legislativas impostas pela MP 2.180-35/01, que acrescentou o art. 1º-F à Lei 9.494/97, alterada pela Lei 11.960/09, aqui tratada.

8. Recurso especial parcialmente provido para determinar, ao presente feito, a imediata aplicação do art. 5º da Lei 11.960/09, a partir de sua vigência, sem efeitos retroativos.

(REsp 1205946/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/10/2011, DJe 02/02/2012)

Note-se que a novel sistemática preconizada pela Lei Federal nº 11.960/2009 contempla a incidência cumulada de atualização monetária e juros.

Assim, a partir de sua edição, em 29.06.2009, deve cessar a aplicação dos juros moratórios de 1% ao mês, fixados na sentença.

Finalmente, mantenho a condenação do INSS ao pagamento da verba honorária em 10% (dez por cento), percentual esse que, no entnato, deverá incidir apenas sobre as parcelas vencidas até a data da sentença, nos termos da Súmula 111 do STJ.

Ante o exposto, **dou provimento parcial ao reexame necessário**, prejudicado o apelo voluntário, para o fim de determinar que (i) sejam as parcelas pretéritas calculadas, atualizadas e acrescidas de juros moratórios de 1% ao mês, conforme o disposto na sentença, porém apenas *até a edição da Lei Federal nº 11.960/2009*, prevalecendo dali em diante os índices e critérios estabelecidos naquele diploma legal, e (ii) bem assim de determinar que a verba honorária (de 10%) incida apenas sobre a condenação apurada até a data da sentença, nos termos da Súmula 111 do STJ.

Recife ~~22~~ de ~~11~~ de 2014.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator